

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

Jailson Rodrigues de Oliveira

**PERÍCIA MÉDICA DE SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DE
EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS: ANÁLISE DO REGISTRO DO RESULTADO E
POSSIBILIDADES**

Belo Horizonte
2023

Jailson Rodrigues de Oliveira

**PERÍCIA MÉDICA DE SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DE
EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS: ANÁLISE DO REGISTRO DO RESULTADO E
POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública,
Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do Certificado de Especialista.

Orientador: Professor (a) Dr. Tiago Alves Schieber de Jesus

Banca examinadora

Professor Dr. Ricardo Augusto Oliveira Santos.

Professor Me.. Pablo de Oliveira Andrade.

Aprovado em Belo Horizonte, 11 de novembro
de 2023.

Belo Horizonte

2023

Ficha catalográfica

O48p Oliveira, Jailson Rodrigues de.
2023 Perícia médica de servidores da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais [manuscrito] : análise do registro do resultado e possibilidades / Jailson Rodrigues de Oliveira. – 2023.
1 v.
Orientador: Tiago Alves Schieber de Jesus.
Monografia (especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia.
1. Administração. 2. Gestão pública. I. Jesus, Tiago Alves Schieber de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 658

Elaborado por Adriana Kelly Rodrigues - CRB-6/2572

Biblioteca da FACE/UFMG. – AKR/51/2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS CENTRO DE APOIO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - CAED
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME: JAILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, Nº. DE REGISTRO: 2022708045

TRABALHO FINAL: “PERÍCIA MÉDICA DE SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS: ANÁLISE DO REGISTRO DO RESULTADO E POSSIBILIDADES”.

Trabalho de Conclusão da Especialização apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública, do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

APROVADO em 11 de novembro de 2023, pela Banca Examinadora constituída pelos Membros:

Prof. Dr. Tiago Alves Schieber de Jesus (Orientador CEPEAD/FACE/UFMG)

Prof. Dr. Ricardo Augusto Oliveira Santos (Membro da Banca Examinadora CEPEAD/FACE/UFMG)

Prof. Me. Pablo de Oliveira Andrade (Membro da Banca Examinadora Colégio Tiradentes/PMMG)

Documento assinado eletronicamente por **Pablo de Oliveira Andrade, Usuário Externo**, em 28/12/2023, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Augusto Oliveira Santos, Usuário Externo**, em 29/12/2023, às 08:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Artur de Souza, Professor do Magistério Superior**, em 29/12/2023, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Alves Schieber de Jesus, Professor do Magistério Superior**, em 02/01/2024, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

https://sei.ufmg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3166444&infra_sistema... 1/2 03/01/2024, 13:38 SEI/UFMG - 2932869 - Folha de Aprovação



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0,

informando o código verificador 2932869 e o código CR649F5D01.

Referência: Processo nº 23072.277240/2023-57

SEI nº 2932869

https://sei.ufmg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3166444&infra_sistema... 2/2

RESUMO

Este artigo aborda a expansão do atendimento na rede educacional, foco crítico na qualidade dos serviços ofertados. Destaca-se a carga excessiva de trabalho enfrentada pelos profissionais da educação básica, especialmente os desafios relacionados às tarefas de docência realizadas pelos professores da SEE. A pesquisa, centrada no trabalho dos professores, fundamenta-se na reflexão de Minhoto et al (2021), que identifica uma situação precária observada nos professores brasileiros, com reflexos globais. A recente divulgação do estudo comparativo do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) 2022 reitera as dificuldades dos estudantes brasileiros em atingir os requisitos mínimos da educação básica e os desafios enfrentados por países considerados exemplos de desenvolvimento educacional. O aspecto crucial abordado é a deterioração da saúde mental dos professores e seus impactos. Apesar de esta problemática também afetar os funcionários administrativos do sistema educacional. A pesquisa utiliza evidências como licenças médicas, readaptações e afastamentos definitivos para destacar a gravidade do adoecimento dos professores. A avaliação da capacidade para o trabalho, conduzida pela SCPMSO, revela dados numéricos significativos sobre o impacto dos diagnósticos na situação dos professores em Minas Gerais. Por fim, o artigo destaca a importância de abordar os efeitos nos servidores da SEE, especialmente no Quadro do Magistério, propondo intervenções com ferramentas de gestão eficientes para reorganizar as atividades laborais, preservar o ambiente de trabalho para garantir as melhores condições para realização das atividades das unidades escolares. O enfrentamento efetivo do adoecimento dos professores deve se tornar uma prioridade central no planejamento para funcionamento das escolas.

Palavras chave: Licenças para Tratamento de Saúde – Adoecimento Mental Professores – Deterioração Atividade Profissional – Precarização do Trabalho – Qualidade Serviços Educacionais

ABSTRACT

This article addresses the expansion of services in the educational network, a critical focus on the quality of services offered. The excessive workload faced by basic education professionals stands out, especially the challenges related to the teaching tasks carried out by SEE teachers. The research, centered on the work of teachers, is based on the reflection of Minhoto et al (2021), which identifies a precarious situation observed in Brazilian teachers, with global repercussions. The recent release of the comparative study of the International Student Assessment Program (Pisa) 2022 reiterates the difficulties faced by Brazilian students in achieving the minimum requirements for basic education and the challenges faced by countries considered examples of educational development. The crucial aspect addressed is the deterioration of teachers' mental health and its impacts. Although this problem also affects administrative employees in the educational system. The research uses evidence such as sick leave, readaptation and permanent leave to highlight the seriousness of teachers' illnesses. The work capacity assessment, conducted by SCPMSO, reveals significant numerical data on the impact of diagnoses on the situation of teachers in Minas Gerais. Finally, the article highlights the importance of addressing the effects on SEE employees, especially in the Teaching Staff, proposing interventions with efficient management tools to reorganize work activities, preserve the work environment to guarantee the best conditions for carrying out activities of school units. Effectively tackling teacher illness must become a central priority in planning for school operations.

Keywords: Licenses for Health Treatment – Mental Illness Teachers – Deterioration of Professional Activity – Precarious Work – Quality Educational Services

LISTA DE ABREVIATURAS

DAG – Departamento de Administração Geral

PEB – Professor de Educação Básica

OGE – Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais

REE/MG – Rede Estadual de Educação de Minas Gerais

SCPMSO - Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional

SERHA - Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração

SEE / MG – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SGP - Superintendência de Gestão de Pessoas

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Tabela – 01 – Cargos de Professor de Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação

Figura 02 – Registro de assuntos recorrentes demandas registradas pela Ouvidoria de Saúde.

Órgão da Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais

Tabela 03 – Eventos de Licença para Tratamento de Saúde

Tabela 04 – Média de Eventos de Licença para Tratamento de Saúde por Servidor

Tabela 05 – Dias de Licença para Tratamento de Saúde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11.
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	13
2.1. Breve relato das Atividades Desenvolvidas pela SEPLAG.....	13
2.2 Saúde do Trabalhador – Espaço Interdisciplinar e Pluri - Institucional	15
2.3 Análise sobre os resultados de inspeção médica produzidos pela SCPMSO, decorrentes de solicitações de licenças para tratamento de saúde de servidores em exercício na SEE/MG....	17
3. METODOLOGIA.....	20
4. ANÁLISE DE DADOS.....	23
4.1 Situação Funcional dos Servidores do Quadro do Magistério e os efeitos da Precarização do Trabalho.....	23
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	30
6. CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

1. INTRODUÇÃO

A universalização do acesso à educação básica, subsidiado pelas políticas públicas voltadas para oferecer condições para as redes de ensino alcançarem a todos os alunos em faixa etária escolar, assim como o desempenho ruim em avaliações externas podem traduzir a incapacidade dos sistemas de ensino de contornar os desafios para produzir resultados eficientes. A recente divulgação do estudo comparativo do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) 2022 demonstrou mais uma vez a dificuldade de os estudantes brasileiros da educação básica, em alcançarem patamares mínimos nas disciplinas matemática, leitura e ciências.

A reversão destes resultados tem se demonstrado um desafio ainda intransponível. Desde o ano 2000 o sistema educacional é avaliado e conforme as informações divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP a média de proficiência alcançada, em todos os conteúdos avaliados no Brasil, está abaixo da média encontrada nos países membros da Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico – OCDE.

O tema educação de qualidade é discutido em todas as esferas em nossa sociedade e o debate a partir do ponto de vista da população atingida diretamente, devido ao usufruto de serviços educacionais. Ou mesmo das outras parcelas da população, devido a consciência do impacto relevante de todo sistema de educação sobre a sociedade. Têm evidenciado como cresce a importância e atenção na mesma medida em que várias medidas são propostas e por vezes não tem refletido em melhorias práticas da atividade docente. Um dos aspectos mais visíveis pode ser a deterioração do estado de saúde mental dos profissionais da educação básica.

Apesar da possibilidade de todos os funcionários ligados à atividade educacional, na prestação de serviços realizadas por unidades escolares e mesmo os órgãos administrativos incumbidos das atividades ligadas a gestão e administração estarem envolvidos e em alguma proporção sofrerem as consequências. O foco desta pesquisa é a atividade docente. Desenvolvida por professores e seus auxiliares, diretamente envolvidos em atividades de ensino e docência nas unidades escolares de educação básica. Com especial atenção para os professores da REE/MG.

Para Minhoto et. al (2021) um fenômeno está em curso e tem produzido efeitos como adoecimento dos servidores em exercício nas unidades escolares. Este processo de deterioração da saúde mental em especial, tem amplitude e repercussão de alcance mundial. Tendo em vista

a observação de situações, guardadas as devidas proporções, similares ao quadro encontrado nas escolas do sistema educacional no Brasil.

Uma medição objetiva da quantidade de pedidos afastamentos da atividade laboral de docentes. Os diagnósticos relacionados a vários sintomas reveladores do adoecimento de professores, são recorrentes e resultam em número licenças para tratamento de saúde. Momento no qual o servidor permanece afastado de maneira temporária, com um período definido para retorno ao trabalho. Outras repercussões são as readaptações para exercício da atividade laboral, com a determinação afastamento temporário da sala de aula ou até mesmo, em definitivo afasta da docência os professores devido a constatação da impossibilidade de continuidade da atividade profissional sem o prejuízo observado como efeitos já mencionados.

Desta forma, esta pesquisa busca alinhar uma análise e apresentar uma impressão, primeiro sobre a atividade laboral dos servidores docentes. Delimitada a partir dos dados já divulgados sobre a atividade de professores da educação básica e os resultados de uma relação onde o atrito decorrente do contato direto entre os docentes, discentes e comunidade escolar evidencia a incapacidade dos sistemas educacionais contornarem o problema de maneira eficiente.

Diante desse cenário, passa a ser fundamental compreender as causas e as consequências do adoecimento docente na educação básica em Minas Gerais. Ao realinhar propostas chama a atenção a importância de construir de alternativas, para prevenir a precarização do trabalho dos profissionais da educação básica. Assim como a importância de chamar a atenção para a necessidade de criar políticas públicas voltadas para a saúde e o bem-estar dos educadores, além de buscar apresentar a importância da valorização destes profissionais. Ou ainda fomentar o debate sobre a importância da saúde mental dos professores, enquanto insumo essencial para a qualidade dos serviços educacionais e para o desenvolvimento social.

2. REVISÃO DE LITERATURA

As atividades dos profissionais ligados ao sistema de educação básica do Estado de Minas Gerais vão desde as funções de apoio como o Auxiliar de Educação Básica, Assistente Técnico de Educação Básica ou o Técnico da Educação Básica e o Analista da Educação Básica. Até alcançar os profissionais envolvidos diretamente nas funções do magistério o Especialista da Educação Básica assim como o Assistente de Educação. E especialmente, o Professor de Educação Básica em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, Lei 21.710 de junho de 2015, disponíveis no Anexo I da Estrutura da Carreiras dos Profissionais de Educação Básica.

2.1 Breve relato das Atividades Desenvolvidas pela SEPLAG

Na Cartilha Administrativa editada e divulgada pela SCPMSO, em: 2017 estão listadas várias atividades desenvolvidas como a concessão de Licença para Tratamento de Saúde:

- Determinar a capacidade para admissão do servidor no serviço público, consiste em avaliação conduzida para produzir uma avaliação da capacidade para exercício no cargo para o qual foi nomeado e vai ser autorizado a assinar o ato da posse do nomeado para cargo público, ou contrato temporário. Compete à autoridade ou ao responsável pela assinatura do contrato temporário, exigir o resultado de aptidão em exame admissional; A realização do exame admissional na administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado é de responsabilidade exclusiva da SCPMSO;
- Outra atividade realizada é denominada concessão de Aposentadoria por Invalidez quando a conclusão da Avaliação de Incapacidade é determina a incapacidade para o Serviço Público;
- Reversão de Aposentadoria por Invalidez, quando há uma reconsideração da condição laboral, anteriormente considerada comprometida e irreversível;
- Adaptação de Horário de Trabalho em Caso de Tratamento Médico situação na qual a chefia imediata poderá adaptar o horário de trabalho do servidor que tenha carga horária de trabalho semanal de 40 horas ou duas admissões no serviço público estadual devido às prescrições especiais de tratamento estabelecidas pelo seu médico assistente, mediante orientação dos médicos peritos da SCPMSO e das Regionais de Perícia. A

adaptação de horário independe de compensação e será precedida obrigatoriamente de inspeção médica específica a ser realizada na SCPMSO ou Regionais de Perícia.

- Outra atividade é conceder Ajustamento Funcional por Incapacidade Parcial para o Trabalho. Concedido ao servidor público civil ocupante de cargo de provimento efetivo da administração pública direta, autárquica ou fundacional que se tornar inapto para exercer as 23 atribuições específicas de seu cargo. Ajustamento funcional é a atribuição de atividades e responsabilidades compatíveis com limitação que o servidor tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em avaliação pericial, sem alteração de seu cargo, podendo ser temporário ou permanente.

Estas atividades foram sendo implementadas de maneira contínua desde a criação do DAG, criado em 1949. O qual passa a ser denominado SERHA. E em 1951 passa a Conselho Estadual de Economia e Desenvolvimento até passar a SEPLAN.

A fusão de duas Secretarias de Estado SERHA e SEPLAN, em 2003 deu origem à SEPLAG. A qual desde o surgimento tem atribuições institucionais voltadas para a coordenação e produção de políticas públicas, fortalecimento do desenvolvimento econômico. Com propósito maior de oferecer condições de combate das desigualdades regionais em todo o território do Estado de Minas Gerais.

Algumas das atividades exclusivas da SCPMSO são: normatizar, orientar, implementar e executar as atividades de Perícia Médica e Saúde Ocupacional dos servidores da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, com exceção dos servidores da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG, da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

A rede de prestadores de serviços dedicados para a realização de perícias médicas, em todas as oportunidades onde forem identificadas a necessidade de a homologação do afastamento dos servidores com vínculo ativo junto ao Governo de Minas Gerais, pode ser localizada em vários municípios de todo o estado. Desta forma, esta rede pode atender à finalidade de oferecer aos servidores em exercício nos Órgãos do Poder Executivo do Governo do Estado de Minas Gerais, a oportunidade de ser avaliado sem a obrigatoriedade de realizar um deslocamento até a sede da SCPMSO, no município de Belo Horizonte.

As administrações de tarefas elaboradas no âmbito dos processos executados na SEE em confluência com a SCPMSO são mediadas por diversos sistemas corporativos compartilhados.

É cada vez mais rara a repetição de um padrão de isolamento, constatação em contrário ao estado geral no qual o senso comum apontava, onde cada órgão público poderia agir de maneira isolada pois não integrava suas rotinas de trabalho com demais. Sem a preocupação de atrelar seus esforços ao de outras equipes, para então trabalhar soluções conjuntas em ambientes laborais heterogêneos em sua essência.

Desta forma, a partir das demandas surgidas desde as reformas empreendidas no serviço público nos anos seguintes a promulgação da Constituição Federal de 1988, com o aperfeiçoamento e criação de ambiente de trabalho mais especializado, é preciso oferecer a possibilidade de uma reformulação de processos, construídos a partir de manipulação de dados cada vez mais complexos. Pois é bastante comum estarem dispersos em bases de dados incompatíveis com o atual estágio de evolução digital.

2.2. Saúde do Trabalhador – Espaço Interdisciplinar e Pluri – Institucional

A saúde do trabalhador é um tema abordado Cortez (2017), a partir da perspectiva da interdisciplinaridade. Tendo em vista os diversos aspectos em torno da preservação da saúde dos trabalhadores, este é mais um componente a ser debatido a partir da eficiência dos modelos estabelecidos no âmbito político – social. Estes conceitos foram construídos em uma época onde a valorização da força de trabalho e a preservação da saúde não era estabelecida como uma prioridade.

Cortez (2017) aponta para um movimento surgido da necessidade de rever certas pautas, para oferecer uma nova perspectiva sobre a ordem estabelecida onde seria pouco valorizada a atenção e a prevenção do adoecimento do trabalhador. Por isso, um de seus objetivos centrais é dar poder ao trabalhador, ao ponto de dar alguma oportunidade para o exercício do protagonismo sobre a sua própria trajetória na vida laboral. Até ao ponto de conseguir fomentar o debate acerca de seu próprio bem-estar para o exercício das funções laborais.

Por vezes este tema da valorização da autonomia do trabalhador, pode suscitar atritos ou até mesmo conflitos, devido à falta de convergência com os interesses organizacionais. Por vezes, estes interesses podem ser considerados irreconciliáveis. Quando as atividades organizacionais são apontadas como um dos pontos da impossibilidade de haver harmonia, entre as condições de oferecer ao trabalhador um ambiente favorável ao desenvolvimento pleno de suas atividades laborais. Fell e Jairo (2020), apresentam as tecnologias da informação como ferramentas

capazes de oferecer dinamismo a esta relação e possibilitar a superação da dicotomia entre os objetivos do trabalhador e os interesses organizacionais defendidos por seus gestores.

Segundo Fell e Jairo (2020), as tecnologias da informação são importantes ferramentas no oferecer a possibilidade do desenvolvimento de estratégias capazes de lidar com estas transformações em curso no ambiente organizacional. Para Barbosa (2020), as organizações são permeadas pelo desafio de administrarmos o relacionamento entre uma diversidade de indivíduos, com a finalidade de realizar tarefas complexas. Por vezes incumbidas de tarefas complexas e inviáveis de serem executadas de forma isolada.

Os atuais métodos de produção são resultados de graves convulsões sociais, desenroladas através dos séculos. Por isso a relação conflituosa estabelecida entre os atores envolvidos nas relações laborais pode ser considerada um desafio natural. E através da incorporação de tecnologias da informação aos métodos produtivos, pode ser entendida dentro deste contexto de transformação, retratado na obra de Valle (1996). Seja devido a disponibilização inédita de uma massa informacional e em razão de coletar, estocar, processar, transferir ou extrair os dados relevantes para a organização.

Algumas considerações de Levy (2011) acerca das escolhas realizadas pelas organizações públicas e privadas chama a atenção para a importância as escolhas feitas. Devido ao potencial de manutenção, ou mesmo o agravamento das diferenças devido a exclusão digital. Estas opções têm deixado exposta uma incompetência para lidar com o padrão construído nas últimas décadas. E deixa evidente como não temos ensinado medidas suficientes para reverter o quadro de exclusão digital e profunda. Desta forma, perpetua os efeitos negativos sobre uma parcela da sociedade, desprovida de recursos e torna ainda mais profundas as desigualdades até aqui observadas.

Para Levy (2011) é preciso dar a atenção devido para os efeitos do acesso precário a bens de consumo mais básicos, assim como aos serviços digitais. E este ciclo precisa ser rompido através da democratização de processos educacionais com a expansão da oferta na rede de formação primária. Para a partir da etapa de formação fundamental para consolidar estratégias, até culminar com os processos de construção de conhecimento no ensino superior.

Em conformidade com Valle (1996), a combinação de tantos fatores novos pode fazer surgir oportunidades para conseguir maximizar a capacidade produtiva. Por meio de uma troca intensiva de comunicação os processos podem ser realinhados de maneira contínua. Seja com

a finalidade de eliminar etapas obsoletas e potencialmente inúteis ou ainda, por meio do monitoramento e gerenciamento de processos. Para assim corroborar e trazer para o ambiente corporativo possíveis soluções para a diminuição no tempo de processamento de demandas.

Para Tamayo (2003), a satisfação do trabalhador em seu ambiente laboral pode ser utilizada como uma ferramenta eficiente. Caso ocorra uma convergência entre os interesses da organização e o indivíduo e a partir da confirmação desta prerrogativa haveria possibilidade de produzir resultados positivos, devido a uma satisfação de expectativas recíprocas. Nesta pesquisa também será suscitado este pressuposto, pois apesar de a literatura consultada a este respeito estar restrita a exemplos concretos e experiências consumadas em ambientes corporativos de instituições públicas e privadas. No tocante aos conceitos, não há restrições prévias para aplicar estas abstrações a uma organização pública como a SCPMSO. Sobretudo por tratar em específico da maneira como pessoas podem converter esforços e realizar suas atividades de maneira consciente, seja do quanto o papel de cada indivíduo e como é possível agregar valor ao produto final.

2.3 Análise sobre os resultados de inspeção médica produzidos pela SCPMSO, decorrentes de solicitações de licenças para tratamento de saúde de servidores em exercício na SEE/MG

O caminho percorrido após o registro da manifestação da demanda pelo afastamento das atividades profissionais, no momento transcorre por meio da plataforma eletrônica de gestão de documentos SEI. O SEI é um sistema eletrônico de gestão de documentos e foi desenvolvido por servidores do Tribunal Regional Federal da 4ª região, localizado no município de Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul. Este procedimento só foi disponibilizado para acesso direto dos servidores aos os serviços ofertados pela SCPMSO ao longo da vigência da Pandemia do COVID – 19. O fato da decretação de emergência de saúde e as medidas de isolamento decorrentes, podem ser apontados como fatos capazes de impulsionar a utilização de ferramentas eletrônicas como o SEI.

Esta situação pode servir para corroborar o ponto de vista defendido do por Fell e Jairo (2020), no qual as ferramentas da tecnologia da informação são essenciais para fomentar a atividade das organizações. Ou seja, no momento onde foi necessário implementar sistemas capazes de lidar com as demandas crescentes, o investimento em soluções de tecnologia da informação foi

a escolha mais evidente para o desenvolvimento de soluções eficientes para tratar o fluxo de informações provenientes dos serviços prestados pela SCPMSO.

É de responsabilidade exclusiva do profissional médico perito a emissão de laudo médico, a partir da requisição apresentada para concessão de afastamento em virtude de licença para tratamento de saúde, através desta avaliação será produzida uma análise conclusiva sobre a capacidade laboral do servidor. Os servidores da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais são submetidos a estes procedimentos, através da SCPMSO. Este órgão da administração direta, avalia e determina os afastamentos ao trabalho, devido à perda da capacidade laboral seja em definitivo, ou ainda quando a incapacidade laboral é temporária.

Para servidor efetivo ou não efetivo, do quadro de pessoal da SEE, a requisição de afastamento do trabalho vai partir de uma requisição encaminhada pelo próprio. Para subsidiar a solicitação vai ser apresentado um atestado, ou um laudo médico emitido pelo médico assistente do servidor. Porquanto será exigida a apresentação de documentação pertinente à solicitação de afastamento, fundamentada em uma recomendação médica a ser apresentada ao médico perito da SCPMSO.

Para ser submetido a uma avaliação conduzida pelo médico perito, para a determinação da concessão, ou o indeferimento de afastamento de suas atividades laborais. Há ainda uma possibilidade de submissão à revelia do próprio servidor, utilizada em situações bastantes específicas, a chefia imediata pode emitir um pedido devidamente fundamentado para avaliação da capacidade laborativa diretamente para a SCPMSO. Seja quando há o deferimento da petição para afastamento ou ainda o indeferimento, os efeitos são imediatos para gestão do quadro de pessoal da SEE no intuito da manutenção da continuidade das atividades nas instituições de ensino sob gestão da SEE / MG. Quando concedida a LTS, a publicidade deste ato vai ocorrer com a publicação no Jornal Minas Gerais – “MG”. Editado pelo Governo de Minas através do órgão de Imprensa Oficial – IOF.

O impacto da reorganização das atividades realizadas pelo serviço de perícia médica da SCPMSO, pode ter efeitos diretos sobre a gestão do quadro de pessoal da SEE. E por consequência, oferecer condições favoráveis para a manutenção da gestão do quadro de pessoal da SEE. Estando assim em consonância com a manutenção da garantia do acesso à educação, previsto no texto da Constituição Federal de 1988.

A capacidade de as unidades de ensino, sob administração da SEE, fica comprometida a partir de todo afastamento concedido e o risco de não cumprir a carga horária obrigatória dos alunos deve ser levado em conta quando o professor está afastado da sua atividade laboral. Por isso, as providências para realizar a sua substituição devem ser imediatas.

Para lograr êxito nesta empreitada, foi elencado como missão institucional da SEPLAG a concepção de um orçamento público com vistas à promoção da qualidade do gasto, assim como a operacionalização de crédito voltado para o financiamento das operações de investimento públicos. A administração de toda a política de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas do âmbito do quadro de pessoal de servidores do Governo de Minas Gerais. Seja no âmbito de carreiras funcionais, políticas de remuneração, manutenção do sistema de assistência à saúde dos servidores e previdenciário. Gestão da política patrimonial, por meio de aquisições governamentais e através de contratos, licitações. Assim como estar à frente da condução dos processos de logística e tecnologia da informação.

O desenvolvimento das atividades na SCPMSO tem por finalidade gerir todos os processos oriundos de avaliação médico pericial. Assim como fomentar a política de saúde ocupacional dos servidores públicos no âmbito do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, conforme disposto na Lei 16.192 publicada no dia 24 de junho de 2006, regulamentada pelo Decreto 46.557 publicado no dia 11 de julho de 2014. Os objetivos institucionais estão voltados à prevenção do acometimento dos servidores por doenças ocupacionais, assim como instituir políticas de prevenção a acidentes de trabalho. De forma a tornar possível uma melhoria contínua das condições ambientais de trabalho, a garantia para os servidores e também para o Estado de Minas Gerais da realização de avaliação criteriosa da capacidade laborativa através de um atendimento pautado em requisitos de eficiência e respeito, no âmbito do poder executivo estadual.

3. METODOLOGIA

Esta seção deste trabalho tem a intenção de apresentar a metodologia aplicada e as etapas consideradas importantes para submeter a investigação em curso. Através dos métodos escolhidos será possível comunicar de maneira adequada, qual ou ainda, quais os frutos produzidos sob uma perspectiva de rigor científico.

Assim como aponta Birochi (2014), a esta altura é preciso fazer transição para uma postura crítica, com certa autonomia como é desejável para a condução do estudo acadêmico de forma a desenvolver a capacidade crítica sobre várias teorias aplicadas.

Contudo, sem desprezar as inúmeras contribuições já desenvolvidas e consolidadas ainda conforme Birochi (2014), devido à capacidade produtiva e habitual de discorrer sobre os métodos de produção e execução de serviços.

Desta forma, seria pertinente a abordagem por meio de uma avaliação através de breve descrição da situação geral. Segue então uma observação de perspectiva alicerçada a partir de uma gama de processos utilizados para execução das tarefas realizadas pelo serviço de perícia médica da SCPMSO, realizado dentro das esperadas singularidades de uma instituição pública.

A importância de priorizar a promoção de um aspecto, capaz de fomentar a transparência dos serviços executados, tão somente poderia vir a servir como justificativa devido à importância deste aspecto para a manutenção de uma instituição pública alinhada com as boas práticas. Contudo, para além disso a possibilidade de ensejar métodos de produção e execução de serviços sobremaneira qualificados cumprem em si um papel estruturador. Seja este importante na continuidade e correção de rumos aplicados às atividades realizadas, o qual é esperado de toda instituição imbuída de capacidade para reavaliar seus métodos de maneira contínua. Assim, ao atuar para ampliar a capacidade de prestação de serviços, seria preciso corrigir rumos e em movimento contínuo, apontar novas possibilidades de oferecer serviços de maneira inovadora e eficientes.

Uma das diversas funções do trabalho circunscrito à avaliação médica pericial é determinar o deferimento ou, o indeferimento de Licenças para Tratamento de Saúde requisitadas por servidores públicos efetivos ou não efetivos, ligados à estrutura estatal do Governo de Minas Gerais enquanto secretarias, autarquias, fundações e demais órgãos da administração direta e indireta.

Após ser publicada uma nomeação, para exercer uma função pública, os servidores efetivos vão ser submetidos a um procedimento devido à necessidade de emissão de um laudo médico, onde podem ser tratados em pormenores quais as circunstâncias da concessão ou a negativa de uma Licença para Tratamento de Saúde.

A regulação legal obedece a alguns regramentos listados a seguir, os quais ficam à disposição dos servidores no Portal do Servidor do Governo de Minas Gerais. Para justificar o pedido de submissão de período de afastamento para concessão de Licenças para Tratamento de Saúde, é necessário observar pelo menos, uma das ocorrências a seguir:

- I – Impossibilidade do desempenho das funções inerentes ao cargo o qual está em exercício ou, ainda o aproveitamento em outras atividades a serem definidas de acordo com as funções exercidas por cada servidor, devido a razões de saúde;
- II – Possibilidade de a continuidade da realização das atividades laborais resultarem no agravamento do estado de saúde debilitado devido a constatação da prevalência de doença;
- III – Oferecer risco para terceiros.

A solicitação de licença para tratamento para saúde deverá ser realizada pelo servidor ou também por sua chefia imediata. Com o prazo máximo de três dias úteis, contados a partir da data da emissão do atestado médico ou odontológico editado pelo médico assistente ao qual o servidor recorreu para solicitar seu afastamento das atividades laborais. Sendo assim, passa a contar desde o primeiro dia de afastamento do servidor. O requerimento poderá ser feito por meio de duas modalidades, são elas:

A análise documental, correspondente à modalidade na qual não é necessário o comparecimento à unidade pericial, poderá ser solicitada, por meio da realização de uma petição por meio eletrônico. Este procedimento foi criado para atender as seguintes situações: quando a licença para tratamento de saúde não exceder os quinze dias de afastamento, condicionada ao intervalo de um ano. Ou por até quinze dias, quando o intervalo de pelo menos sessenta dias, mas não existe uma unidade pericial no município de residência e nem mesmo no município de lotação do servidor onde o servidor exerce suas atividades. E ainda, por até sessenta dias, quando o servidor for encontrado afastado de sua atividade laboral devido a necessidade de permanecer hospitalizado ou restrito ao leito, devido às recomendações médicas exaradas pelo médico responsável pelo atendimento na unidade de saúde.

Já a perícia realizada de maneira presencial poderá ser solicitada em todas as hipóteses, por meio do agendamento de perícia médica.

O escopo legal é composto por uma documentação extensa para fazer previsão sobre todas as possibilidades de atendimento prestado aos servidores públicos efetivos do quadro de pessoal do Governo de Minas Gerais. Dentre eles está o denominado Estatuto do Servidor, qual seja é a Lei 869 de 1952, assim como a legislação mais recente o Decreto 48.249, de 05 de agosto de 2021 trazem os requisitos para o funcionamento dos serviços de perícia médica e respectivamente, a devida regulamentação acerca dos detalhes envolvidos na realização das atividades periciais ofertadas naquela superintendência de avaliação médica.

A realização de todo o trabalho de perícia médica é uma atividade naturalmente realizado de acordo com vários requisitos técnicos, os quais permeiam toda a máquina administrativa existente no serviço de perícia médica.

Os diversos processos existentes são construídos a partir de parâmetros baseados em burocracias criadas para ordenar a execução de cada tarefa. Os desafios são compostos por uma diversidade de motivos e podem ser medidos por meio de instrumentos de avaliação como os Relatórios editados por órgãos com a Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais. Por meio de promoção de parecer, emitido para atender a finalidade de ressaltar os pontos a serem melhorados, podem ser direcionados os esforços necessários para ensejar sucesso nesta empreitada.

Assim seria importante realinhamento de objetivos e produzir uma análise criteriosa sobre os serviços executados pela da SCPMSO. Para buscar resgatar aspectos de valorização da prevenção do adoecimento de todos os trabalhadores da REE. Seria importante conduzir e avaliar todos os processos na expectativa de responder à demanda por uma reorganização contínua do quadro de pessoal das unidade escolares sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais / SEE – MG. Ao escolher a vertente na qual é possível buscar priorizar a exploração de aspectos a luz de métodos científicos, para submeter a uma análise de fenômenos atuais pode ser elevado o risco de produzir ainda mais questionamentos sobre as demandas ainda latentes e já discutidas de maneira breve ao longo da exposição da literatura utilizada para produção deste trabalho. É possível vir fazer surgir a possibilidade de novas abordagens, ou ainda hipóteses ainda não experimentadas.

4. ANÁLISE DE DADOS

Situação Funcional dos Servidores do Quadro do Magistério e os efeitos da Precarização do Trabalho

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais tem em sua composição do quadro de pessoal, diversas funções atreladas ao quadro de pessoal do magistério. Amorim et al (2018) demonstrou que no ano de 2014, os professores em números absolutos somavam 164.808 servidores. Nesta mesma pesquisa Amorim et al (2018) dados sobre o adoecimento dos profissionais docentes, podem apontar para efeitos decorrentes da precarização do vínculo do trabalho. Onde a condição de não efetivos, pode ser determinante como demonstra o impacto da interrupção das atividades nas unidades escolares, compreendido a partir do número total de licenças para tratamento de saúde ao longo dos seguintes anos: 1.040.163 em 2016; 1.066.870 em 2017; e 1.106.208 em 2018.

Martins et al (2022), também apontou efeitos das condições decorrentes da precarização do vínculo laboral dos docentes não efetivos em Minas Gerais, em exercício na SEE/MG. Os dados podem sustentar uma contraposição a uma suposição do senso comum, qual seja, os professores à época denominados como designados (ou contratados temporariamente) apresentariam um número de licenças para tratamento de saúde menor. Esta suposição seria devido a condição de não efetivos e por isso, sem gozar da estabilidade dos servidores da mesma função de docentes, mas com vínculo funcional efetivo.

Ao invés disto, os afastamentos do trabalho para tratamento de saúde de servidores não efetivos são mais duradouros. Por vezes quando são analisados os motivos, é possível estabelecer uma correlação de causa e efeitos de quadros de adoecimentos de maior gravidade. Segundo Amorim et al (2018), para esta condição seria devido a impossibilidade de dedicação suficiente aos cuidados básicos e necessários à prevenção do agravamento da saúde de servidores não-efetivos. Desta forma, o adoecimento generalizado dos servidores não efetivos, pode ser indicado como um dos efeitos da precarização do vínculo empregatício.

Tabela – 01 – Na tabela a seguir estão relacionados os números totais de cargos de Professor de Educação Básica da REE, com a correspondente evolução ao longo dos anos 2010 / 2014 / 2018. Estes dados demonstram o crescimento, em números absolutos o quantitativo de servidores efetivos e não-efetivos. Estes números absolutos, alinhados de acordo com a situação

funcional, podem revelar a pequena variação ao longo de quase uma década do quantitativo de servidores efetivos e não-efetivos.

CARGOS PEB	2010		2014		2018	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
EFETIVOS	65.016	37,5	49.107	29,6	68.929	43,2
NÃO-EFETIVOS	108.303	62,5	116.701	70,4	90.700	56,8
TOTAIS	173.319	100	165.808	100	159.629	100

Fonte: Amorim *et al.* (2018)

São várias as condicionantes apontadas em estudos divulgados em relação aos possíveis motivos de adoecimento de professores em diversos níveis de atuação, ou nas redes de atendimento educacional público e privado. Ou seja, os estudos quando analisados de maneira isolada não trazem dados conclusivos para demonstrar a relação de causa e efeito seria o ambiente de reiterados conflitos encontrados nas unidades escolares da SEE/MG.

Para Andrade (2007), o sistema de produção capitalista tem como prioridade a manutenção da capacidade de apresentar resultados, a garantia da aptidão contínua para o trabalho viria acima da própria capacidade de lidar com a manutenção da saúde dos trabalhadores. De onde ressalta a autora pode decorrer o adoecimento. Nesta situação também são encontrados os servidores responsáveis por lidar com a gestão do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Incumbidos para atuar na organização do sistema de educação básica no Estado de Minas Gerais, desenvolvem suas atividades em meio a desafios e responsabilidades com os quais estes servidores não foram capacitados para lidarem. Apenas o número absoluto de 853 municípios a serem atendidos, já seria suficiente para dar dimensão do grau de dificuldade para apontar soluções eficientes, de maneira tempestiva e em tempo comunicadas para o Órgão Central da SEE.

E estas demandas, apresentadas e tornadas urgentes pelos próprios alunos e a comunidade escolar, por vezes vão ser reverberadas pelos professores da educação básica, onde o acolhimento de demandas faz surgir uma expectativa do atendimento requisitado. E esta contínua necessidade de alta performance na busca da solução de causas incontornáveis quando tratadas de forma isolada ocasiona em várias circunstâncias de desgaste, tanto para o profissional docente ao ser chamado para atuar em uma zona cinzenta. Passa a buscar soluções fora do escopo de atuação docente, mas impossíveis de relevar devido ao impacto sobre a sua atuação profissional. Dentre outras é possível citar a crescente insegurança no ambiente escolar,

fruto desta mesma sensação devido a experiência da sociedade brasileira e a curva ascendente dos índices de violência.

A percepção do caminho traçado até o resultante adoecimento do profissional da educação básica é, ainda conforme Andrade (2007) potencializado pelos gestores dos sistemas educacionais. Ao oferecer em troca da exigência contínua do aprimoramento do desempenho, uma dificuldade de reconhecer este esforço. Ao mesmo tempo sem apresentar condições necessárias para prevenir ou promover atenção com a capacidade dos trabalhadores.

Seja devido à proximidade entre trabalhadores e comunidade, ao longo da carreira do magistério, os docentes chegam a conclusão, do quanto é importante para atuar de maneira eficiente, romper com os limites da atuação no âmbito pedagógico, para desenvolver competências para lidar com habilidades sociais e emocionais.

Há uma preocupação latente, devido ao sinal relevante da deterioração da saúde mental dos professores apresentado em estudos diferentes. Esses profissionais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, emocional e social de crianças e adolescentes. Seja por conta da expansão contínua da rede pública de educação básica em todo Brasil, ou em virtude exatamente do crescimento de matrículas.

Para Tostes et al (2018) o ambiente escolar vai sendo formatado como o lugar onde vão ser confrontadas teses possivelmente irreconciliáveis. Pode ser percebida uma alteração no papel do professor, em especial na educação básica da rede de ensino básico no Brasil. Contudo, esta condição é encontrada como uma reação, ao invés de um realinhamento planejado. Assim como seria esperado, como função essencial do lugar criado para esta finalidade. Esta postura é observada no abandono da formação técnica dos discentes, de maneira não planejada, encaminha as escolas para uma seara nebulosa e assim ao professor na condição de profissional atingido por decisões da administração pública resultantes em uma desvalorização da carreira acaba por representar uma das pontas mais sensíveis.

Gasparini et al (2016), também relacionam a dificuldade de lidar com a demanda crescente pelo acolhimento de alunos com necessidades especiais como um dos pontos mais relevantes, quando convidados a se manifestarem a respeito dos motivos para o ambiente conturbado nas unidades escolares em Santa Maria, localizada no Rio Grande do Sul. Este recorte pode refletir anseios compartilhados também com profissionais de todos os estados no Brasil. Pois também reúnem outros fatores apontados de maneira reiterada, como a inexistência de projetos

educacionais para atender as novas demandas das unidades escolares. Ou quando existem estes projetos, há uma desconfiança da capacidade de realizar as ações elencadas em projetos lançados.

Questões bastante discutidas e de certa forma encaradas como problemas insolúveis nas redes de ensino, também foi abordada por Gasparini et al (2016), e assim continua a produzir efeitos negativos. Seja por conta do número elevado de alunos a serem atendidos obrigatoriamente, a partir dos parâmetros e projetos em execução de acordo com a política educacional, a falta ou inexistência de infraestrutura mínima, a falta de empenho e até mesmo pleno desconhecimento dos núcleos familiares sobre a trajetória dos alunos ao longo da vida estudantil. A inovação seria conseguir a explorar, como procura mostrar esta pesquisa, a maior atenção destes efeitos, observados sobre um profissional sem poder de decisão para mudar um quadro grave. E por vezes apontado como agente de transformação, sem usufruir das ferramentas necessárias para desempenhar qualquer forma de protagonismo. Seja por conta da desvalorização a carreira docente, refletida na política remuneratória baseada em salários baixos e precarização da força de trabalho. Por vezes podem desencadear a desilusão, falta de perspectiva profissional e por fim demonstra a situação vulnerável dos profissionais de educação.

Um dos elementos capazes de oferecer aos gestores da SEE elementos para avaliar e a partir de uma base consolidada, testar soluções e encontrar caminhos eficientes para enfrentar esta realidade adversa seria através da análise dos afastamentos do trabalho. Aqueles motivados por licenças para tratamento de saúde, sob controle e gestão da SCPMSO, ou qual o possível impacto de outras circunstâncias de afastamentos do trabalho. Mas o acesso aos dados de resultados de perícias médicas, mesmo em canais de comunicação interna ensejam verdadeiros desafios para os gestores das unidades escolares. Devido a relevância destas informações, disponibilizar processos mais apurados passa a ser essencial, para consolidar processos mais eficientes.

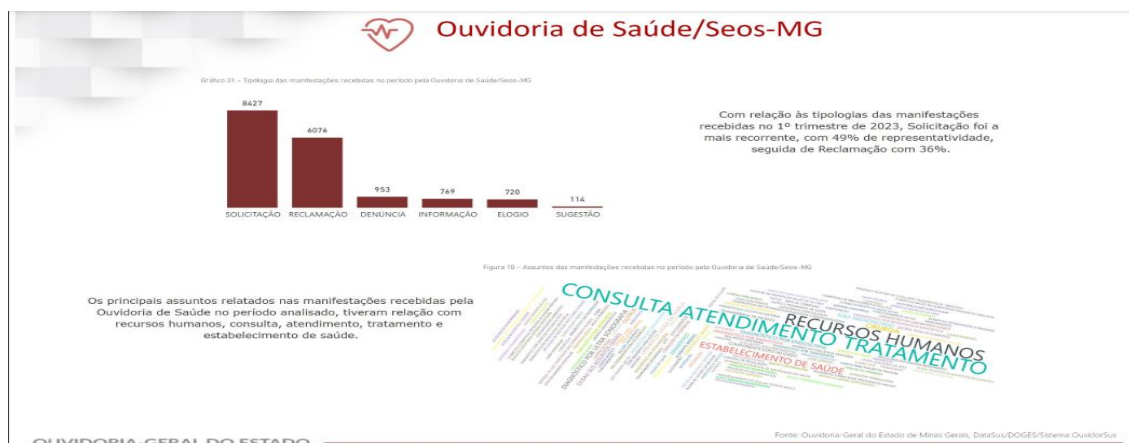
Sob o aspecto da demora em registrar os dados referentes aos servidores afastados, está refletido na criação de processos de substituição temporária imprecisos ou até mesmo podem ser considerados frágeis futuramente. Ou até mesmo no limite no futuro podem ser considerados até mesmo ilegais. Exemplos como a edição da Lei Complementar número 100 de novembro de 2007. Esta legislação, tornou servidores não efetivos em efetivos por meio de um ato de iniciativa do Poder Executivo de Minas Gerais, perdurou até dezembro de 2015 e deixou efeitos

difíceis de relevar. Seja por conta dos prejuízos causados aos próprios servidores alcançados por seus efeitos, assim como para todo sistema educacional no âmbito da SEE/MG.

Um ponto de vista de destaque pode ser vislumbrado quando são conduzidas análises baseadas em instrumentos como os Relatórios Anual e Trimestral de Manifestações, registradas e divulgadas pela Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais OGE/MG. Nos quais ao longo do ano de 2022, conforme as informações disponibilizadas no portal daquele órgão de ouvidoria, foram reportadas 112.886 manifestações com um dos destaques para a área dedicada a acolher as solicitações específicas relacionadas à saúde. Em meio a esta demanda vultuosa também estão inseridos pedido de intervenção, devido a prestação de serviços de perícia médica. O quadro a seguir apresenta uma visualização dos assuntos mais requisitados por meio de dados colacionados por canais de atendimento da Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais.

Vale destacar ainda, além dos termos recursos humanos, consulta e atendimento também podem estar relacionados com estas demandas reportadas por meio destes relatórios.

Figura 03 – Registro de assuntos recorrentes demandas registradas pela Ouvidoria de Saúde. Órgão da Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais



Fonte: Ouvidoria Geral do Estado (2022)

Assim como vários registros de reuniões para realização de audiências públicas ocorridas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, como a Comissão de Administração Pública, Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A diversidade de assuntos tratados não está restrita à perícia médica para concessão de Licença para Tratamento de Saúde, porém está inserida também nos temas discutidos. Há diversas reclamações dos servidores relativas ao assunto. Entre elas, estão a demora na marcação de perícias, a falta de resposta sobre resultados

e recursos relativos a esses exames, o não fornecimento de cópias dos laudos médicos e até mesmo o tratamento inadequado dispensado pelos peritos aos servidores. Além da necessidade dos servidores residentes no interior do Estado, quando precisam comparecer de maneira presencial têm mais um motivo para reclamar, devido a centralização das atividades da junta médica em Belo Horizonte.

Algumas informações acerca do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação / SEE – MG foram apresentados por Eulálio (2017). O total de servidores ativos, em exercício nos diversos órgãos da estrutura do Governo de Minas apresentados no ano de 2016 seriam 372.771. Dos quais têm lotação registrada nas unidades administrativas da SEE – MG, um total de 237.736, uma representação percentual de 64% dos servidores públicos ativos em todo Governo de Minas.

Alguns dados sobre as licenças para tratamentos de saúde foram extraídos das bases do Núcleo de Informações Estatísticas em Gestão de Pessoas de Minas Gerais, órgão integrante da estrutura da SEPLAG / MG. E foram apresentados por Martins et al (2022), para apresentar de maneira quantitativa o número de afastamentos ao trabalho, cuja base legal encontra respaldo para concessão de licenças para tratamento de saúde.

O período disponibilizado por Martins et al (2022), está restrito aos anos de 2016 a 2018. Segundo o mesmo, no ano de 2016, foram registradas 104.355 licenças para tratamento de saúde. Já em 2017, este mesmo número de afastamento foi da ordem de 110.133. Por fim no ano de 2018, o número de licenças para tratamento de saúde foi de 109.970.

Para especificar o tipo de vínculo empregatício Martins et al (2022), apresentaram os seguintes dados em 2016, 52.270 foram identificadas como licenças para tratamentos de saúde e seriam referentes a professores efetivos. Deste mesmo período 52.085 estavam identificadas como concedidas a professores não efetivos, ou ainda o termo utilizado à época, professores designados. No ano de 2017, foram 58.142 foram concedidas a professores efetivos, e 51.142, foram concedidas aos docentes designados. Contudo, no ano de 2018, 59.547 encontram correspondência com professores efetivos, e 50.423, aos professores não efetivos, ou ainda docentes designados.

As tabelas 04, 05 e 06 a seguir foram apresentadas por Martins et al (2022) e tem por finalidade apresentar estes números de maneira condensada:

Tabela 03 – Quantidade de eventos de Licença para Tratamento de Saúde de professores da REE ocupantes de cargos efetivos e designados entre os anos 2016 a 2018

Situação Funcional	2016	2017	2018
Efetivos	52.270	58.142	59.547
Designados	52.085	51.991	50.423
Total	104.355	110.133	109.970

Fonte: Martins et al 2022

Tabela 04 – Média de ocorrências de Licença para Tratamento de Saúde (LTS) dos professores da REE apresentadas por vínculo de trabalho efetivo e designado (2016-2018)

Situação Funcional	2016	2017	2018
Efetivos	0,73	0,77	0,76
Designados	0,49	0,55	0,56

Fonte: Amorim et al 2023

Tabela 05 - Quantidade de dias de Licença para Tratamento de Saúde (LTS) dos professores da REE que ocupam cargos efetivos e designados (2016-2018)

Situação Funcional	2016	2017	2018
Efetivos	1.040.163	1.066.870	1.106.208
Designados	1.341.143	1.322.729	1.336.660
Total	2.381.306	2.389.599	2.442.868

Fonte: Amorim et al 2023

Ainda em conformidade com o levantamento de dados apresentado por Martins et al (2022), a quantidade significativa de afastamento ao trabalho devido às licenças para tratamento de saúde decorre de condições adversas encontradas no ambiente laboral.

Cabe então uma reflexão, estas condições não estão restritas aos servidores em função do quadro do magistério. Contudo, por representar o maior número de servidores da Secretaria de Estado de Educação, este levantamento em termos de representatividade fornece um quadro geral da ocorrência destes afastamentos.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A gestão do quadro de pessoal da SEE/MG está em plena transformação e esta afirmação pode ser demonstrada pelos impactos produzidos devido a precarização da mão de obra observada na SEE/MG. Seja através por conta da necessidade de modernizar a administração pública com a adoção de novos métodos como apontados por autores citados de maneira bastantes sucinta nesta pesquisa, dentre eles Levy (2011), Valle (1996). Alguns efeitos são mais evidentes e a escalada de crescimento na descontinuidade das atividades laborais, tem influência direto e pode ser demonstrado de maneira objetiva com os números da concessão de Licenças para Tratamento de Saúde publicadas pela SCPMSO.

A partir do ponto de vista percebido por Bechelaine et al (2014), um movimento de implementação no setor público em Minas Gerais marcado por diretrizes orientadas para gestão de resultados. Assim, seria possível elencar por meio de três dimensões a realização das diretrizes básicas para avaliação da gestão. Sob o aspecto conceitual, com uma abordagem capaz de conceber a partir dos objetivos estratégicos uma construção de indicadores finalísticos, assim como cultural ao produzir engajamento dos dirigentes para os resultados traçados e por fim, aplicar de maneira assertiva sanções positivas ou negativas de acordo com o desempenho alcançado. E encerram o relato de suas observações apresentando alguns exemplos de boas práticas, colhidas ao longo das análises conduzidas para avaliar o modelo de gestão para resultados do Governo de Minas Gerais. Como exemplos de boas práticas foram elencadas as seguintes iniciativas: valorização das informações estratégicas, para apresentar ao Chefe do Poder Executivo, elaboração de processos seletivos com base em competências em contraposição ao invés de valorizar os requisitos de relacionamento pessoal, dar publicidade aos “indicadores finalísticos” alcançados.

Em momento oportuno é preciso discutir a efetividade para a manutenção da garantia dos serviços da administração pública e os preceitos aplicados com base nos princípios esculpido de acordo com o projetado pelo programa de governo Estado para Resultados. Em especial qual seria a relevância desta iniciativa depois do abandono de várias iniciativas construídas a partir do Programa de Choque de Gestão, do Governo de Minas. Contudo, no momento de escrutínio destas iniciativas será necessário avaliar os efeitos das iniciativas colocadas em prática como incentivos criados para recompensar aos servidores da SEE, concedidos de acordo com a superação das metas pactuadas e a esperada melhoria dos serviços prestados à população.

O quadro a seguir resume as principais propostas de intervenção para abordar e apresentar propostas para lidar com o adoecimento de Profissionais da Educação, em especial aos servidores docentes, promovendo um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo na Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais.:

Propostas de Intervenção	Descrição
Reorganização das atividades laborais	Reorganizar as atividades laborais dos servidores da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE/MG), com foco nos professores, visando preservar e melhorar o ambiente de trabalho, garantir o direito à educação de qualidade e enfrentar os desafios agravados pela pandemia da COVID-19.
Conscientização sobre saúde mental	Incentivar a participação dos profissionais de educação básica, especialmente os docentes, em programas de conscientização sobre saúde mental no ambiente de trabalho, direcionados a todos os profissionais da SEE/MG.
Incentivos para conscientização sobre saúde mental	Estimular a adesão e permanência em atividades de conscientização sobre saúde mental por meio de incentivos ou recompensas direcionados à valorização da carreira do servidor.
Apoio psicológico	Promover a divulgação e recomendação entre os servidores da SEE/MG em atividades de apoio psicológico para a promoção da saúde mental, incluindo terapias, grupos de apoio e aconselhamento.
Atendimento de Saúde Mental nas Unidades Escolares	Estabelecer núcleos de atendimento de saúde mental em cada unidade escolar, semelhantes aos moldes do funcionamento dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Disponibilizar profissionais suficientes para oferecer suporte a todos os membros da comunidade escolar, especialmente os servidores em busca de apoio emocional.
Análise e acompanhamento de afastamentos	Conduzir ações para estimular a análise aprofundada dos motivos de afastamento por licenças médicas, identificando pontos críticos onde as condições de vulnerabilidade socioeconômica ensejam o desenvolvimento de estratégias de prevenção do adoecimento dos profissionais da educação. Difundir ações de suporte adequadas para enfrentar as condições adversas nas unidades de exercício.

Propostas de Intervenção	Descrição
Participação integrada e protagonismo dos Profissionais da Educação	Estimular a participação integrada e o protagonismo dos Profissionais da Educação no planejamento de ações estratégicas, garantindo representatividade efetiva dos professores nas fases preliminares de deliberação metodológica voltadas para a melhoria dos índices educacionais e inserindo esses servidores nas discussões em torno da criação de políticas e ações que atendam às necessidades das unidades escolares.
Avaliação e acompanhamento contínuo	Estabelecer mecanismos de avaliação contínua para acompanhar o progresso das intervenções propostas e oferecer oportunidades de realinhamento dessas metodologias aplicadas, viabilizando estudos exploratórios para coletar dados e monitorar a eficácia das ações em termos de melhoria do ambiente de trabalho, saúde mental e resultados educacionais.
Adaptação às mudanças na legislação	Oferecer suporte para acompanhamento e adequação às mudanças na legislação, ajustando as políticas educacionais e procedimentos de acordo com as novas regulamentações.

6. CONCLUSÃO

É possível concluir devido à importância e relevância das atividades executadas por todo corpo funcional da SEE, mas em especial os servidores componentes do Quadro do Magistério, será necessário orquestrar com auxílio de ferramentas de gestão eficientes uma intervenção com vistas a conduzir a reorganização das atividades laborais destes trabalhadores. Seja devido a necessidade de preservar e zelar pelo ambiente de trabalho nas melhores condições possíveis para realização das atividades desenvolvidas nas unidades escolares.

Ou ainda, passa a ser imperativo trabalhar para encontrar soluções a partir de ações para mitigar e combater os efeitos sobre todo o sistema educacional, observado a partir do evidente adoecimento professores da SEE, como foi apresentado nesta pesquisa. Os resultados em avaliações do sistema educacional executados por instituições externas, distantes das metas traçadas pelos gestores. São alcançados pelos alunos da rede pública de educação em um contexto onde situação adversa para a produção e consolidação do conhecimento ainda carecem de uma comprovação mais direta, capaz de descortinar causas e efeitos.

Contudo, além da utilização de ferramentas de gestão modernas, seria importante para os responsáveis pelas decisões sobre os rumos do sistema educacional em Minas Gerais, é preciso reagir. E para continuar a buscar a manutenção do direito fundamental à educação de qualidade de uma parcela significativa da população em idade escolar, a situação de adoecimento de profissionais docentes tem constituído mais uma barreira no caminho para encontrar soluções.

O fomento de atividades de conscientização da importância dos cuidados ininterruptos com a saúde mental. Atrelar a participação de todos os profissionais do REE, com alguma compensação para a carreira dos servidores. Seja por meio de recompensa pecuniária, ou outros instrumentos com efeitos de incentivos com intenção de valorizar o aprimoramento da capacidade de gerir demandas crescentes e mais elaboradas surgidas no ambiente laboral. Desta maneira estaria em vista a impossibilidade de evitar o enfrentamento, das situações cotidianas de conflito, como ações extremadas. Mas pressupõe encontrar profissionais mais capacitados para lidar e elaborar saídas práticas, para gerir as dificuldades abordadas nesta pesquisa.

Os efeitos agravados pela vigência da Pandemia do COVID 19 ainda precisam ser discutidos a partir de estudos mais aprofundados, contudo a perspectiva é o agravamento de desigualdades já existente como destaca Bógus (2022), na composição urbana das grandes cidades das Regiões Metropolitanas a busca por espaços, atritos e entraves são reflexos da situação precária a qual

são submetidos a parcela mais desfavorecida. E esta parcela populacional é o principal alvo das políticas públicas conduzidas por meio das redes de ensino públicas distribuídas por todo território do estado de Minas Gerais.

Com o fim das medidas decorrentes da emergência em saúde, foram colhidos alguns sinais bastante alarmantes os quais apontam para uma deterioração da situação econômica, com resultado de uma regressão a patamares similares aos índices de desenvolvimento alcançados na década de 1990, conforme observou Bógus (2022). Um dos resultados é a vulnerabilidade evidente da população de baixa renda.

Apesar das pesquisas conduzidas para buscar compreender os efeitos das da Pandemia do COVID 19 em vários extratos sociais, ainda precisam ser conduzidas análises para uma reflexão observadas no dia a dia das unidades escolares sob administração da SEE / MG, a deterioração social encontra reflexos diretos sobre o espaço escolar. Para Rumor et al (2023), a condição de vulnerabilidade está ligada de maneira íntima a dificuldade de acesso a bens e serviços básicos, mas sobretudo essenciais em termos de melhoria da qualidade de vida.

Contudo, na condução desta pesquisa foi possível observar como estão alinhados os objetivos finalísticos de várias instâncias da gestão pública. Com o objetivo de alcançar resultados cada vez melhores nos índices educacionais, passa a ser um requisito obrigatório oferecer uma prestação de serviços educacionais cada vez mais qualificada. Desta forma, a convergência de metas e realinhamento de esforços têm produzido resultados importantes para combater as desigualdade e promoção da melhoria dos índices de escolaridade. Porém, ainda são incipientes as análises com uma visão sistêmica, capazes de fazer as mesmas reflexões sobre o trabalho realizado por todos os profissionais atuantes na educação básica. Qual seria a chance de transformar uma realidade calcada em adversidades profundas, sem antes levar em consideração como é imprescindível em especial para os servidores do quadro do magistério, encontrar o apoio de todos os gestores incumbidos de tomar as medidas de modernização das atividades na rede pública de ensino.

Desta forma, seria possível abordar uma última reflexão sobre como os resultados de afastamento do trabalho por meio da concessão de Licenças para Tratamento de Saúde, podem trazer um reflexo fidedigno da situação precária enfrentada pelos servidores do Quadro do Magistério. Somada a toda esta situação, os efeitos do julgamento da ADI 5267 realizado no âmbito do STF estabeleceu várias mudanças e continua a refletir sobre a organização do Quadro de Pessoal da SEE. A dificuldade para vencer os desafios enfrentados enquanto instituições de

ensino, ainda desconsidera sob a gama de aspectos a serem realinhados a importância de buscar soluções para viabilizar o trabalho destes servidores. Esta desarticulação onde os servidores não são enxergados como protagonistas e capazes de levar a frente as iniciativas componentes da estratégia de enfrentamento dos principais entraves para a melhoria dos índices educacionais. Todos os integrantes das carreiras da educação básica poderiam ser considerados e apontados como sujeitos relevantes a partir do papel desempenhado por cada um deles. Porém, a postura de muitos gestores incumbidos de poder para criar soluções para reverter a situação adversa, expõe em seus planejamentos, ações e discursos eivados de certo grau de desconhecimento sobre o papel dos servidores. E desta maneira podem estar mais uma vez, conduzindo os esforços e recursos escassos para iniciativas inócuas e evidentemente incapazes de romper a inércia que conduziu a REE para a situação adversa encontrada no momento.

Outra ação seria estabelecer em cada unidade escolar um núcleo para produzir conhecimento e atendimento voltado para toda a comunidade escolar. Para fomentar e ter condições de contornar as situações onde é imprescindível saber lidar com pessoas em sofrimento psíquico. Para tornar a proposta mais facilmente entendida, o funcionamento destas unidades teria de vir sendo precedida pela capacitação de pessoal e disponibilização para atendimento a todos os interessados a participar desta iniciativa. De maneira ideal, o planejamento seria ofertar atendimento similar ao realizado nos Centros de Referência de Assistência Social, conhecidos pela sigla CRAS. Criados para atender todas as demandas voltadas para Assistência Social. A princípio o interesse seria atender a estas demandas mais urgentes e após consolidado, esta estrutura poderia vir a agregar mais serviços voltados para toda a comunidade no entorno das unidades escolares.

Com a finalidade de encerrar este breve estudo, construído com a finalidade de apenas apresentar um panorama sobre a o tema pertinente da saúde mental dos profissionais da educação. Um assunto ainda pouco tratado e da mesma forma carente de abordagens com disposições para fomentar este debate essencial, para conduzir iniciativas de promoção do ambiente de trabalho em harmonia com as diretrizes organizacionais e os anseios dos profissionais da educação básico. Por isso, foi necessário editar uma proposta de intervenção, produzido a partir de observações decorrentes do contato com a literatura disponível. Segue apresentado conforme os tópicos a serem trabalhados.

Ao observar os itens a seguir como uma proposta de intervenção integradas, a intenção é buscar promover a saúde mental dos servidores Profissionais da Educação da SEE/MG. E assim

oferecer condições de melhorar o ambiente de trabalho e enfrentar os desafios agravados pelos recentes e ainda pouco explorados efeitos da pandemia do COVID 19. Sempre para corroborar o objetivo final, de garantir a qualidade da educação oferecida. A participação ativa de todos os profissionais da educação é fundamental para o sucesso dessas iniciativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, M. A., Salej, A. P., e Barreiros, B. B. C. (2018). “Superdesignação” de professores na rede estadual de ensino de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Educação**, 23, e230053. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230053>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

AMORIM, M. A., Araújo, A. L. G. de, e Salej, A. P. (2023). A condição docente dos professores da rede estadual de educação de minas gerais: a situação dos designados. **Educação Em Foco**, 28(1), e28020. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/39011>>. Acesso em: 20 out. 2023.

ANDRADE, Maria José Silva. Saúde, professor/a: do perfil do adoecimento docente às repercussões na prática pedagógica. 2007. 192 f. **Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação)** - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007. Disponível em: <<http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/1698>>. Acesso em: 20 out. 2023.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Gestão da informação e gestão do conhecimento: evolução e conexões. **Perspectivas em Ciência da Informação**, p. 168-186, 2020.

BEHELAINÉ, C. H. de O., Silveira, M. C. da, e Neves, C. B. (2014). O modelo de gestão pública por resultados em Minas Gerais analisado à luz da experiência do Programa Estado para Resultados. **Revista do Serviço Público**, 63(4), p. 455-473. Disponível em: <<https://doi.org/10.21874/rsp.v63i4.107>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

BÓGUS, L. M. M., e Magalhães, L. F. A (2022). Desigualdades sociais e espacialidades da covid-19 em regiões metropolitanas. **Caderno CRH**, 35, e022033. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.50271>. Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Brasília: Distrito Federal, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/acoes-internacionais/divulgados-os-resultados-do-pisa-2022>. Acesso em: 05 dez. 2023.

EULÁLIO, A. O. A Gestão do Conhecimento nos Setores de Pagamento das Superintendências Regional de Ensino de Minas Gerais: Desafios e Perspectivas. **Dissertação (conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública)**.

Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para a obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Juiz de Fora, 157 P. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/6744/1/andresaoliveiraeulalio.pdf>>.

Acesso em: 12 ago. 2023.

FELL, A. F. A., e Dornelas, J. S.. (2020). Gestão do conhecimento, tecnologia da informação e pequenas e médias empresas de serviços: um estudo de casos múltiplos na Região Metropolitana do Recife. **Perspectivas Em Ciência Da Informação**, 25(2), 29–55.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3781>. Acesso em: 20 ago. 2023.

GASPARINI, S. M., Barreto, S. M., e Assunção, A. Á.. (2005). O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação E Pesquisa**, 31(2), 189–199. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000200003>>. Acesso em: 20 out. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Lei nº 23577, de 15/01/2020. Atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23577/2020/>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

GOMES, D. E., Souza, R. M. de, Ferreira, T. A., Gontijo, L. A. Lean office para um problema no processo de solicitação de passagens de um Programa de Pós-Graduação. **JOURNAL OF LEAN SYSTEMS**, 2016, Vol. 1, Nº 3, pp. 79-90. Disponível em: <

<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/lean/article/view/1235>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Lei nº 21710, de 30/05/2015. Dispõe sobre a política remuneratória das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, altera a estrutura da carreira de Professor de Educação Básica e dá outras providências. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.

Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/21710/2015/?cons =](https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/21710/2015/?cons=)
> . Acesso em: 20 out. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Lei nº 23577, de 15/01/2020. Atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23577/2020/>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/planejamento/pagina/seplag/institucional>>. Acesso: 10/07/2023.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Cartilha Administrativa Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional – SCPMSO / SEPLAG, 2017. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/planejamento/documento/superintendencia-central-de-pericia-medica-e-saude-ocupacional-cartilha>>. Acesso em: 10/07/2023.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Lei 869 de 05 de julho de 1952. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1952. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/869/1952/?cons=1>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde para servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2021. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/48249/2021/>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <http://www.planejamento2.mg.gov.br/servidor/pericia_medica.asp>. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2023. Acesso em: 20 jul. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<https://www.portaldoservidor.mg.gov.br/licenca-tratamento-saude-efetivo>>. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2023. Acesso em: 20 jul. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/instituicao_unidade/superintendencia-central-de-pericia-medica-e-saude-ocupacional-scpmso>. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2023. Acesso em: 20 jul. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<https://www.ouvidoriageral.mg.gov.br/ouvidorias-tematicas/ouvidoria-de-saude>>. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2023. Acesso em: 20 jul. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Relatórios Anuais de Manifestações na OGE: Relatório Anual 2022. Disponível em:

<<https://www.ouvidoriageral.mg.gov.br/relatorios/relatorios-anuais-de-manifestacoes-na-oge#1401-2022>>. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2023. Acesso em: 20 jul. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em:

<https://www.ouvidoriageral.mg.gov.br/index.php?preview=1&option=com_dropfiles&format=&task=frontfile.download&catid=1401&id=14664&Itemid=1000000000000>. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2023. Acesso em: 20 jul. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Relatórios Anuais de Manifestações na OGE: Relatório do 1º Trimestre de 2023. Disponível em:

<https://www.ouvidoriageral.mg.gov.br/index.php?preview=1&option=com_dropfiles&format=&task=frontfile.download&catid=1403&id=14658&Itemid=1000000000000>. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2023. Acesso em: 20 jul. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Lei nº 15.032, de 20 de janeiro de 2004. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 20. Disponível em:

<<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/15032/2004/>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional – SCPMSO / SEPLAG. Disponível em:

<http://www.planejamento2.mg.gov.br/servidor/pericia_medica.asp>. Acesso em: 10/07/2023.

MARTINS, R. F., Araújo, A. L. G. D., e Amorim, M. A. (2022). Vínculo De Trabalho & Adoecimento Docente: Análise das Licenças dos Professores da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais. **Educação Em Revista**, 38, e26976. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/0102-4698-26976>>. Acesso em: 12 ago. 2023

RUMOR, P. C. F., Heidemann, I. T. S. B., Souza, J. B. de., Manfrini, G. C., Durand, M. K., e Beckert, R. A. T. (2022). Reflections of the social determinants of health on school children's learning. **Revista Da Escola De Enfermagem Da USP**, 56, e20220345.

<https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2022-0345en>

SIQUERI, Tatiane Moreira. Proposal for improvements in processes of a Public Institution of Technical and Technological Education based on the Lean philosophy. **Dissertation (Master**

in Production Engineering) - Federal University of Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2021.

TAMAYO, A. e Paschoal, T.. (2003). A relação da motivação para o trabalho com as metas do trabalhador. *Revista De Administração Contemporânea*, 7(4), 33–54. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-65552003000400003>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

TOSTES, M. V., Albuquerque, G. S. C. de ., Silva, M. J. de S. e ., & Petterle, R. R.. (2018). Sofrimento mental de professores do ensino público. *Saúde Em Debate*, 42(116), 87–99. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201811607>>. Acesso em: 01 dez. 2023

VALLE, B. de M. (1996). Tecnologia da informação no contexto organizacional. *Ciência Da Informação*, 25(1). Disponível em: <<https://doi.org/10.18225/ci.inf.v25i1.669>>. Acesso em: 20/07/2023.